

SELEÇÃO PÚBLICA

Estágio remunerado - Direito

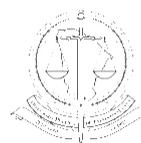
INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do(a) candidato(a);
2. Verifique se este caderno contém 10 questões objetivas, numeradas de 1 a 10. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O(A) candidato(a) que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova;
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: A B C D;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. A duração da prova é de 1h (uma hora), para responder a todas as questões;
9. Durante a prova é vedado ao(à) candidato(a) pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
10. Não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o(a) candidato(a) deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
11. O(a) candidato(a) poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 20m(vinte minutos) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 30M DO INÍCIO DA PROVA;
12. O caderno de prova poderá ser levado pelo(a) candidato(a) desde que esteja faltando 20m (vinte minutos) para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do(a) candidato(a).



PROCESSO CIVIL

1) O Código de Processo Civil, em seu livro I, Título Único traz as disposições referentes às normas fundamentais e da aplicação das normas processuais. Considerando tais normas e as disposições processuais do código, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme as disposições do Código de Processo Civil.
- B) O Estado promoverá sempre a solução consensual dos conflitos.
- C) O juiz, em hipótese alguma, proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- D) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

2) Quanto aos atos processuais realizados por meio eletrônico, assinale a alternativa correta.

- A) Devem ser assinados exclusivamente com assinatura manuscrita digitalizada.
- B) As citações, intimações e notificações serão feitas por meio eletrônico, conforme regulamento próprio.
- C) São válidos apenas após confirmação presencial do advogado em cartório judicial.
- D) Dependem da impressão e arquivamento em papel para produzir efeitos legais.

3) Jairo ingressou com ação em face de Paulo. Uma decisão interlocutória indeferiu a produção de prova pericial requerida na petição inicial e, prosseguindo o andamento processual, o pedido foi julgado improcedente, por insuficiência na demonstração do direito pleiteado. O autor interpôs recurso de apelação, suscitando, em preliminar, cerceamento de defesa, por proibição da produção da prova necessária à comprovação de seu direito. A respeito

do quanto narrado, assinale a alternativa correta.

- A) Esse recurso de apelação não será recebido no efeito suspensivo.
- B) Tratando-se de decisão interlocutória cabe a interposição de agravo de instrumento.
- C) Ocorreu a preclusão temporal da possibilidade de impugnar a decisão que indeferiu a produção da prova pericial.
- D) Caso o tribunal acolha a argumentação do recorrente, não poderá julgar imediatamente o mérito do processo.

4) Considerando a seguinte situação hipotética: Pedrita, casada há 26 anos com Artur, tem um filho de dois anos dessa relação. O casal constituiu vasto patrimônio na cidade de Eusébio, onde viveram por anos, no entanto, atualmente, residem na Cidade de Aquiraz em uma casa alugada. Ocorre que, Pedrita, descobriu que fora traída pelo marido e resolve findar a relação. Dessa forma, comunica a Artur a sua decisão e informa que retornará a morar em Fortaleza, sua cidade natal, com o filho do casal, por ser mais viável quanto as atividades da criança e ao seu trabalho, mudando-se na mesma semana e ingressando em seguida com ação de divórcio, partilha e pensão. Considerando a situação hipotética, qual o foro competente para a referida ação?

- A) Dos bens do casal.
- B) Atual domicílio de Pedrita.
- C) Domicílio do réu.
- D) Último domicílio do casal.

5) No tocante à Defensoria Pública é correto afirmar:

- A) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos

direitos humanos e a defesa, em todos os graus perante a justiça, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

B) Uma das funções institucionais da Defensoria Pública abrange exercer a defesa dos interesses individuais da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado.

C) Dentre as prerrogativas do membro da Defensoria Pública do Estado, dentre outras que a lei local estabelecer, requisitar de autoridade pública ou de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições.

D) A Defensoria Pública abrange a Defensoria Pública da União e dos Estados.

CIVIL

6) Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro é correto afirmar, exceto:

A) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

B) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país imediatamente após oficialmente publicada.

C) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

D) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

7) Assinale a opção correta acerca das pessoas naturais e jurídicas.

A) Na sistemática do Código Civil, não se admite a declaração judicial de morte presumida sem decretação de ausência.

B) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com o início de suas atividades jurídicas.

C) A personalidade civil da pessoa natural tem início a partir do nascimento com vida, independentemente do preenchimento de qualquer requisito psíquico.

D) O indivíduo de 16 anos de idade, ao contrair casamento, adquire a plena capacidade civil por meio da emancipação, voltando à condição de incapaz se, um ano após o casamento, sobrevier a separação judicial.

8) São companheiros o homem e mulher que mantenham união comprovada, na qualidade de solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos:

A) por mais de cinco anos ou com prole.

B) por mais de um ano, com ou sem prole.

C) por mais de dez anos.

D) O Código Civil não estabelece período mínimo de convivência e existência de prole para caracterizar a união estável.

9) A respeito da classificação dos bens, na forma estabelecida pelo Código Civil, é correto afirmar que:

A) os bens suscetíveis de remoção por força alheia são considerados bens móveis, desde que não haja alteração da substância ou da destinação econômico-social.

B) são fungíveis os bens que podem ser substituídos por outros, seja da mesma espécie ou não, desde que na mesma qualidade e quantidade.

C) o Código Civil não permite que a vontade das partes possa tornar indivisível um bem naturalmente considerado divisível.

D) bens divisíveis são os que podem ser fracionados sem alteração na sua substância, ainda que a divisão promova diminuição considerável de valor.

10) Acerca da alienação parental, assinale a alternativa correta.

A) Os atos de alienação parental submetem-se ao princípio da tipicidade, ou seja, somente são atos de alienação parental os expressamente previstos em lei.

B) A omissão, ainda que deliberada, ao outro genitor acerca de informações escolares da criança não constitui ato de alienação parental.

C) A mudança de domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança com o outro genitor é ato de alienação parental.

D) Caracterizada a existência de qualquer ato de alienação parental, deverá o juiz, de forma imediata, determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão.